

PROCEDIMENTO:

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS

Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE Nº CPI 02/DAF/2025

(De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos)

Aquisição de Máquina de Rasto

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Junho 2025

ÍNDICE

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO	1
Artigo 1.º Objeto do concurso.....	3
Artigo 2.º Entidade adjudicante	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	3
Artigo 4.º Fundamentação da Escolha do Procedimento	3
Artigo 5.º Consulta e disponibilização das peças do procedimento	3
Artigo 6.º Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento.....	4
Artigo 7.º Órgão competente para prestar esclarecimentos.....	5
Artigo 8.º Documentos e elementos que as propostas devem conter	5
Artigo 9.º Documento Único Europeu de Contratação Pública	6
Artigo 10.º Idioma dos documentos da proposta	6
Artigo 11.º Apresentação de propostas variantes	6
Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas	6
Artigo 13.º Prazo para a apresentação das propostas.....	7
Artigo 14.º Prazo da obrigação de manutenção das propostas.....	7
Artigo 15.º Critério de adjudicação	7
Artigo 16.º Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente.....	7
Artigo 17.º Causas de não adjudicação	8
Artigo 18.º Caução.....	8
Artigo 19.º Negociação.....	8
Artigo 20.º Adjudicação por Lotes.....	8
Artigo 21.º Gestor do Contrato	9
Artigo 22.º Legislação aplicável.....	9

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto a aquisição de bens móveis para **“Aquisição de Máquina de Rastos”**, cujas especificações constam no Caderno de Encargos.
2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conforme a fase em que se encontra o procedimento. O procedimento de concurso, foi adotado, nos termos e de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.
3. O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é:
43211000-5 – Bulldozers.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Município de Miranda do Douro, Largo D. João III- 5210-190 Miranda do Douro, com o telefone nº 273430020, fax nº 273431075 e o e-mail: geral@cm-mdouro.pt.

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada, pelo órgão executivo da Câmara Municipal de Miranda do Douro, deliberação tomada em reunião de Câmara de 23/06/2025 nos termos do disposto nos artigos 36º e 38º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação.

Artigo 4.º

Fundamentação da Escolha do Procedimento

A escolha do procedimento de Concurso Público Internacional para a formação do presente procedimento, baseia-se estritamente em critérios de valor, conforme alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 5.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt> disponibilizada pela empresa ACIN – Incloud Solutions, Lda.
 2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma.
- Caso não esteja inscrito deverá aceder a "www.acingov.pt", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os emails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no

entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados por nós os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais.

Mais informações através do número 707 451 451.

Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

3. O processo de concurso encontra-se patente na **Divisão Administrativa e Financeira** da Câmara Municipal, no Largo D. João III- 5210-190 Miranda do Douro, para consulta dos interessados, durante as horas de expediente (das 9:00 às 12:30 horas e das 13:30 às 17:00 horas), desde o dia da publicação do respetivo anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, devendo estes, ser solicitados por escrito, através da plataforma AcinGov na funcionalidade "Esclarecimentos". No mesmo prazo os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu "Pedidos" na funcionalidade "Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos" utilizando a opção "Criar Pedido", uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do Caderno de Encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestação estritamente necessária à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;
- d) Erros e omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

2. Os esclarecimentos a que se refere a alínea anterior serão prestados, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov, de acordo com o artigo nº 50 do Código dos Contratos Públicos. A falta de resposta até esta data implicará a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado de acordo com o artigo nº 64 do Código dos Contratos Públicos.

3. O órgão competente para a decisão de contratar prenuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, não sejam por ele expressamente aceites.

4. Os esclarecimentos prestados e das retificações de erros ou omissões efetuadas, juntar-se-á cópia às peças patentes em concurso, sendo a sua existência comunicada aos interessados.

Artigo 7.º

Órgão competente para prestar esclarecimentos

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri de Concurso.

Artigo 8.º

Documentos e elementos que as propostas devem conter

1. A proposta deve ser acompanhada de:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), nos termos do nº 6 do artigo 57º do CCP, que poderá ser descarregado em <http://www.base.gov/deucp/>;
- b) Proposta de preço total, elaborada em conformidade com o (Anexo III);
- c) Declaração do concorrente de relação entre empresas (Anexo IV), do qual faz parte integrante;
- d) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
- e) Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;
- f) **Catálogo e/ou ficha técnica dos artigos propostos com indicação das marcas e especificações técnicas, de acordo com as cláusulas técnicas descritas na parte II deste Caderno de Encargos.**
- g) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para o efeito.

2 A declaração referida na alínea a) deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos á declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

3. Na proposta, elaborada em conformidade com a minuta constante do anexo III (de utilização facultativa, desde que na proposta a apresentar constem os elementos a solicitar) a este Programa de Procedimento, com indicação os seguintes elementos:

- a) O preço, que não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso;
- b) Indicação do valor global da proposta;
- c) A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total e preços unitários, acresce o IVA (se aplicável), indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável;

4. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

5. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 9.º

Documento Único Europeu de Contratação Pública

1. Tendo em conta que o presente procedimento é um Concurso Público Internacional uma vez que excede os limiares comunitários fixados na diretiva 2014/24/EU, existe a necessidade de preenchimento do Documento Único Europeu de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e em vigor desde 16 de abril de 2016, nos termos definidos em Circular Informativa nº 01/IMPIC/2016, de 29/06/2016, o qual veio substituir o Anexo I (Declaração Anexo I) que era parte integrante da proposta, nos termos do nº 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Para os devidos efeitos e em conformidade com o referido na alínea a) do ponto anterior, será disponibilizado o ficheiro DEUCP, em formato XML. e pdf., pré preenchido pela entidade adjudicante, devendo o concorrente completar o preenchimento deste e enviá-lo juntamente com os restantes documentos da proposta, para isso deverão aceder ao link indicado selecionar a opção “Sou um operador económico” seguidamente importar o ficheiro XML disponibilizado pela entidade e previamente guardado no computador do utilizador e finalmente proceder ao pré enchimento do mesmo.
3. Não obstante da possibilidade de juntar aos documentos que constituem a proposta o documento DEUCP em formato XML., deverão obrigatoriamente anexar o referido documento, em formato pdf., devidamente assinado, para tal bastará efetuar o download, nesse formato, do documento após o respetivo preenchimento.

Artigo 10.º

Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 11.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Modo de apresentação das propostas

1. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizado exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.
2. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através da plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico www.acingov.pt, disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solution, Lda.
3. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de apoio”, no menu principal “Ajuda”.
4. **Sob pena de exclusão, todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 agosto. De acordo com o artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do carregamento na plataforma eletrónica Acingov.**

5. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.

6. Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deve a entidade interessada submeter a certidão permanente da empresa e, se for o caso procuração dando poderes de representação a quem assina os documentos.

Artigo 13.º

Prazo para a apresentação das propostas

As propostas e os documentos que as acompanham podem ser apresentadas até às **20:00 horas do 30º dia** a contar da data do anúncio do concurso ao Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, nos termos do disposto nos artigos 131º e 136º do CCP.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação da manutenção das propostas é de 66 dias a contar do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

Artigo 15.º

CrITÉrio de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, de acordo com o qual é definido um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço; nos termos previstos na alínea b) do nº 1 do artigo 74 do CCP na sua redação atual, sendo adjudicada a proposta que apresentar o “mais baixo preço”.

2. Caso exista mais do que uma proposta com preço igual, o desempate é feito mediante sorteio aleatório presencial, nos termos e na data, hora local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes, mediante notificação através da plataforma eletrónica utilizada “AcinGov”.

Artigo 16.º

Documentos de habilitação a entregar pelo concorrente

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de **10 dias** a contar da notificação da decisão de adjudicação:

- a. Declaração emitida nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do CCP, cuja minuta consta do anexo II ao presente Convite;
- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP;
- c. Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), caso aplicável;
- d. Certidão do Registo Comercial, atualizada ou senha de acesso da certidão permanente para consulta no portal da empresa;
- e. Identificação da(s) pessoa(s) com poderes para outorgar o contrato;

2. Os documentos de habilitação serão apresentados de modo idêntico ao da apresentação da proposta.

3. O Adjudicatário dispõe do prazo de 5 dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º do mesmo dispositivo legal.

4. A não apresentação dos documentos de habilitação, nos termos e para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 86º do CCP, determina, por força do referido normativo, a caducidade da adjudicação.

5. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 17.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação de propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativos aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem;
- e) Nos termos da alínea d) do n.º 1 do Artº 79º do Código dos Contratos Públicos, a autarquia reserva-se ao direito de não contratualizar, caso ocorra a indisponibilidade de fundos, nos termos constantes na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro, complementado pelo D.L. 127/2012 de 21 de Junho.

2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 18.º

Caução

Nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução, contudo, poderá a Câmara Municipal, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar nos termos do nº 3 do mesmo artigo.

Artigo 19.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 20.º

Adjudicação por Lotes

O presente procedimento não contempla a adjudicação por lotes.

Artigo 21.º
Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos previstos no disposto no artigo 290º-A do CCP, a entidade adjudicante designará um gestor do contrato, com a função de acompanhar a execução deste.

Artigo 22.º
Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, conforme a fase em que se encontra o procedimento.

Miranda do Douro, 23 de junho de 2025

A Presidente da Câmara Municipal



(Helena Maria da Silva Ventura Barril, Dra.)

ANEXO I

Modelo de declaração

Documento Europeu Único de Contratação Pública (a que se refere o n.º 6 do Art.º 57.º do CCP)

Acesso através de <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>

(Assinatura com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica próprios, ou dos seus representantes legais, nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP)

ANEXO II

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

(anexo II ao Código dos Contratos Públicos)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2. O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____, _____, de _____ 2025

(assinatura)

(1). Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3). Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III
Minuta da Proposta

_____ (denominação e sede e número de pessoa coletiva da entidade), depois de ter tido conhecimento do **Concurso Público Internacional N.º CPI 02/DAF/2025** para **Aquisição de Máquina de Rastos**, a que se refere o convite datado de ____ de ____ de 2025, e de todas as condições estabelecidas no Convite e Caderno Encargos e demais documentação, obriga-se a fornecer os bens contratados, de acordo com as condições estabelecidas naqueles documentos, pelo valor global de _____ (por algarismos e por extenso), ao qual acresce o IVA à taxa em vigor.

Prazo de entrega da viatura, em dias seguidos, _____ (por algarismos e extenso);

4. Garantia da viatura, _____ (em anos inteiros por algarismos e por extenso)

À quantia supra, acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Declara ainda que renúncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à prestação do serviço proposto, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

_____, _____ de _____ 2025

(assinatura)

Anexo IV

Declaração de relação entre empresas

..... (*nome, número de documento de identificação e morada*), na qualidade de representante legal de ¹..... (*firma, número de identificação fiscal, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal*), declara, sob compromisso de honra:

1 - Que tomou conhecimento que por entidades especialmente relacionadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, consideram-se, nomeadamente, as entidades que partilhem, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, ou as sociedades que se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo.

2 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada não está especialmente relacionada com nenhuma outra entidade. OU,
ALTERNATIVAMENTE:

3 - Que, tendo já tomado conhecimento do que se entende por entidades especialmente relacionadas nos termos do Código dos Contratos Públicos, a entidade aqui representada por (*representante(s)/sócio(s); número de identificação fiscal...*), está especialmente relacionada com a(s) entidade(s) a seguir identificada(s):

-(*firma, número de identificação fiscal...*);

-(*firma, número de identificação fiscal...*).

4 - Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

5 - Que o Código de acesso à Certidão Permanente da ... (*firma*) é o seguinte: _____ - _____².

..... (local), (data), (assinatura).

¹Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.

²Aplicável apenas aos concorrentes que sejam pessoas coletivas.